



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 38

Sessão Ordinária de Fevereiro

1.ª Reunião de 28-02-2003

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e três, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Jaime Simões Borges, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes de Carvalho, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira Costa, Firmino Marques Ferreira, Luís Paulo Pinheiro Tavares, Fernando Vieira Ferreira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, António dos Santos Costa, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Liz Miguel Marques Silva, Vítor Manuel Santos Marques, Diogo Manuel Santos Soares Machado e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Manuel Fernando Ferreira Rodrigues, Marília Fernanda Correia Martins e Domingos José Barreto Cerqueira.

O Vereador Ângelo Pereira Pires ausentou-se antes do final dos trabalhos.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento da suspensão do mandato da vogal Maria da Conceição Seixas de Almeida, nos termos do artigo 77.º da Lei 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 para o período compreendido entre 20 de Janeiro de 2003 e 30 de Dezembro de 2003, sendo substituída pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista partidária, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia.

Continuando deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição, nesta reunião, dos Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e Victor Manuel da Silva Martins, por Firmino Marques Ferreira e Luís Paulo Pinheiro Tavares, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Seguidamente o Presidente da Mesa leu a Ordem do Dia para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1. – Comunicação escrita do Presidente da Câmara Municipal;**
- Ponto 2. – Contratação de empréstimo bancário relativo à construção do futuro estádio para o Euro2004;**
- Ponto 3. – Desafectação do domínio público de duas parcelas de terreno em:**
 - a) Montes de Azurva;**
 - b) Lugar de Santiago;**
- Ponto 4. – Alteração ao artigo 14.º dos estatutos da EMA – EM;**
- Ponto 5. – Eleição (substituição) de um representante da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Segurança;**
- Ponto 6. – Privatização da empresa Águas de Portugal – consequências para o município de Aveiro;**
- Ponto 7. – Síntese da actividade da Assembleia Municipal de Aveiro no ano 2002.**

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 30 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e um votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 31 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e dois votos a favor e uma abstenção.

(Entrou na sala o Vogal Orlando Eduardo Silva Terra Sêca)

Acta n.º 32 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 33 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 34 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e dois votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 35 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e dois votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 36 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e um votos a favor e três abstenções.

Acta n.º 37 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e um votos a favor e três abstenções.

Membros da Assembleia

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Era o meu protesto pela forma como estas actas são feitas. Normalmente, quem olhar para estas actas não sabe o que se passou na Assembleia. É um protesto que eu já fiz, mas que volto a fazer neste momento.”

Presidente da Mesa

“O nosso Regimento, artigo 43.º, quanto à redacção das actas diz que: «a Mesa fará constar da acta, na íntegra, as passagens do discurso que o orador expressamente requiera que sejam transcritas». Depois no genérico diz: «as actas são lavradas por funcionário dos serviços de apoio à assembleia designado para o efeito e postas à aprovação dos membros presentes no final da respectiva reunião ou no início da sessão seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou». Desculpar-me-á, entendo o seu protesto, mas o que é que acha de mal nas actas? Acha que as actas sumárias, assim, que deviam ser mais extensas? Faça favor de elucidar.”

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

“O meu protesto é pelo facto de uma acta que apenas menciona a lista dos intervenientes na sessão não elucida ninguém. Eu sei que há uma gravação e que se pode ter acesso a ela, mas esta é uma lista com os nomes das pessoas que intervieram e mais nada. Não se sabe o que é que as pessoas disseram. Podem ter dito coisas belíssimas, muito competentes, mas não se sabe. Isto é um protesto individual porque o meu grupo pode não concordar com isto.”

(Entrou na sala a Vogal Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga)

Presidente da Mesa

“Eu compreendo o protesto. Só que é complicado, ou vem tudo por extenso... diz o regimento: «De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado. Indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto da acta ter sido lida e aprovada». Bem, Sr. D. Maria Antónia, se tiver uma melhor redacção para este ponto 1 do artigo 43.º, ajudar-nos-ia, a nós Mesa, a ponderar o assunto e se parecer justificado faz-se a melhoria do regimento nesse aspecto, para que as actas saiam melhores — nesta versão não transcritiva; nesta modalidade que está em vigor.”

Seguidamente e nos termos do artigo 20.º do Regimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Usaram da palavra os munícipes:

Carlos Miguel Carrajola Ramos, veio à Assembleia Municipal falar sobre o mau estado das ruas da freguesia de Cacia.

(Entrou na sala o Vogal Jorge Manuel do Nascimento)

Armindo da Silva Carvalho, veio à Assembleia Municipal falar sobre o mau estado das vias de comunicação da freguesia de Cacia.

António Augusto Pereira Ferreira, veio à Assembleia Municipal falar da poluição atmosférica provocada pela empresa FRUNFRAP, do Aterro Sanitário, e do mau estado das ruas da freguesia de Cacia.

Francisco José Pereira da Costa, veio à Assembleia Municipal falar do mau estado da rua da Junqueira em Cacia e do estacionamento junto ao portão saída/entrada da fábrica CACIA/Renault.

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

Vogal António Salavessa (PCP)

Presidente da Mesa

A

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara - Esclarecimentos nos termos do n.º 4 do artigo 26.º do Regimento:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Um cumprimento especial para os munícipes que hoje vêm à Assembleia Municipal. Foi uma pena que não tivessem oportunidade de participar nas reuniões que a Câmara efectuou em Cacia, em que estes problemas foram debatidos, aprofundados, explicados. Mas tenho muito gosto em de novo falar neles.

As obras não se fazem sem dinheiro. E, já agora, a propósito da repartição de competências, deixem-me dizer que há duas entidades que têm competência para aumentar as receitas da Câmara. Uma é a Assembleia Municipal — o aumento de receitas ordinárias; outra é o Governo através da Lei das finanças locais. Infelizmente, como sabem, é que tem havido um corte importante no acesso das autarquias ao crédito e isso tem dificultado (e não é só o caso de Aveiro, estamos a falar em termos gerais) por todo o país o acesso das autarquias aos meios de financiamento necessários para que as participações municipais nas obras que estão a ser feitas, designadamente, nas vias e no saneamento, possam ser mais rapidamente concluídas.

E o que estamos a viver em Cacia e noutras freguesias e um pouco pelo país todo sempre houve a coragem de avançar para as obras de saneamento (antes de se saber que este descalabro financeiro que o país está a viver neste momento ia acontecer), é um pouco isso. De facto nós intervimos profundamente em Cacia, em todos os lugares de Cacia chegou o saneamento e a verdade é que com a necessidade de repavimentações por um lado, por outro lado com as chuvas impiedosas que têm caído, o estado dos arruamentos é de facto lastimável. É de facto muito difícil de suportar, e eu não posso se não dar razão a todos os munícipes que têm que lidar com isso todos os dias.

Agora, de facto, os meios são limitados e nós estamos a fazer o que podemos, ao ritmo que podemos, e não podemos fazer mais depressa porque há atrasos sistemáticos no desbloquear de verbas necessárias relacionadas com financiamento. E a parte de

Câmara que estava prevista ser desbloqueada e financiada pela medida 1.8 do III Quadro Comunitário de Apoio, ficou bloqueada por directrizes deste Governo.

E, de repente, os municípios ficaram com esta situação criada, que não é fácil. Em todo caso eu gostava de dizer o seguinte: Houve aqui uma das pessoas que fez a intervenção, que teve a amabilidade de lembrar que a Câmara mesmo em Cacia tem vindo a pavimentar muitos arruamentos. E, portanto, quando me vêm falar apenas naquilo que está mal, eu peço que sejam um bocadinho mais justos e que se lembrem de todos os pavimentos e pavimentações e dos arruamentos que temos vindo a fazer. De facto, pavimentamos a António Augusto Oliveira a seguir ao saneamento — todos se recordarão como aquilo estava há dois ou três anos e como está agora. Pavimentámos a Vale Caseiro e que ficou uma excelente obra. Não deve passar na Quinta do Loureiro há muito tempo, porque as obras de pavimentação até Taboeira já estão em boa parte feitas — faltam só dois pequenos troços por causa de uma questão de águas pluviais. E deve passar também na rua da Paz, onde as obras também já começaram e era das ruas mais causticada na freguesia de Cacia.

Portanto, façam-nos a justiça também de lembrar aquilo que tem sido feito. E, têm todos razão, quando lembram que à frente da Renault há de facto 200 metros que estão penosos. Mas já agora, deviam lembrar também que arranjámos os 600 metros seguintes que estão em muito bom estado. E também é verdade que iríamos tapar os buracos, mas também é verdade que isso não se pode fazer porque entretanto choveu, como têm visto nos últimos dias, e não há cola que funcione. É preciso deixar parar a chuva para que o tapa buracos vá lá e para que não desperdicemos dinheiros públicos a gastar dinheiro que no dia seguinte estão outra vez as covas abertas.

Eu compreendendo toda a vossa revolta e inconformismo, porque de facto a situação persiste em alguns locais há muito tempo, a verdade é que temos que gerir o melhor possível e estamos a fazê-lo. E Cacia, nós dissemos isso, aquando desta iniciativa “Cacia Capital do Concelho” Cacia é efectivamente das freguesias com estradas em mau estado. Foi por isso também que numa dessas reuniões nós abrimos concurso para repavimentar um troço importante que faz uma das circulares de Cacia e que vai da Póvoa do Paço, passando por Vilarinho, até Sarrazola, percurso que está realmente deplorável. Mas o concurso está aberto, temos que respeitar os procedimentos públicos e os tempos próprios destes concursos, supomos que daqui a três quatro meses podemos estar em obra em todo este troço que vai da Póvoa do Paço até Sarrazola passando por Vilarinho.

Finalmente uma referência à FUNFRAP e à poluição. Eu acho que o Sr. Augusto Ferreira, que falou neste assunto, também foi um bocadinho injusto. Nós recordamo-nos da poluição que a FUNFRAP fazia aqui há uns anos, tivemos ocasião de visitar a FUNFRAP há umas semanas, e a FUNFRAP está agora certificada em termos da qualidade de produção e ambientais, e com níveis de exigência que são dos melhores que temos em Portugal. Aquilo impressiona mal, eu reconheço que para um leigo como eu que não é de engenharia, olha para aquela cor, mas a verdade é que está certificado e foi-me explicado que não são partículas tóxicas nem altamente poluentes e que estão dentro dos parâmetros aceitáveis. Foram investimentos significativos que a empresa teve de fazer nos últimos três anos para conseguir essa certificação. E, portanto, é também altura em vez de nós agitarmos o fantasma de poluição (e devemos agitá-lo quando ele é justificado) reconhecermos também o trabalho que as empresas aos poucos têm vindo a fazer no sentido de que essa poluição seja minorada. E no caso da FUNFRAP pela informação que podemos colher foi feito um grande e bom percurso ao longo destes últimos três anos nessa matéria.

De resto queria também dizer, que julgo que as questões que nos foram colocadas na Câmara tiveram sempre resposta (não estou a dizer que ficaram sempre todas resolvidas), como normalmente têm. O Eduardo Feio é particularmente escrupuloso nessa parte. Não deixa ninguém nunca sem uma resposta, nem que seja a dizer que não se conseguiu resolver o problema. E temos que dar a mão à palmatória, como os senhores já sabem que demos, no caso dos estacionamento dos camiões TIR. Isso já foi abordado na Câmara. Dava a palavra ao Eduardo Feio, com o consentimento da Mesa.”

Vice-Presidente da Câmara:

“Só uma pequena nota. Obviamente, que é verdade. Tivemos uma pequena conversa em relação aos sinais, eu próprio dei despacho. Deve ter alguma pequena questão de falta de comunicação para não ter sido rectificado — vou imediatamente ver. Depois da presidência aberta passámos por lá e verificámos que não era a situação mais interessante em relação ao projecto que tínhamos aprovado na Câmara (isto depois da reunião com a Comissão de trabalhadores) houve despacho no sentido de ser rectificado, não está rectificado, vou averiguar o que é que se passou. Mas obviamente que essa situação vai ser rectificada. É uma coisa tão simples de fazer.”

Membros da Assembleia

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) – Usou a palavra nos termos do artigo 32.º do Regimento.

“Só para contestar as afirmações do Sr. Presidente da Câmara, que disse aqui, que não tapava os buracos das estradas de Cacia e outros, por falta de transferência de fundos do Governo actual. E eu queria contestar isso porque não se trata apenas de uma questão de falta de fundos. Trata-se de uma questão de gestão dos fundos disponíveis por esta autarquia e uma questão de opções. Se quisermos ver um exemplo concreto, esta Câmara baixou as transferências para as freguesias em Dezembro de 2002, e a seguir nos dois meses seguintes transfere 63.000 contos para determinado grupo desportivo!”

Vogal Santos Costa (CDS/PP) – Usou a palavra nos termos do artigo 32.º do Regimento.

“Era também, no seguimento da nossa colega Maria Antónia. Eu gostaria de acrescentar mais duas coisas. Não gostei como o Sr. Presidente teria iniciado a resposta a estes munícipes, mandando a culpa para duas entidades: uma para esta Assembleia Municipal — porque tem a ver com as receitas que a Câmara tem, e nisto está a questão da actualização da tabela de taxas e licenças.

Sr. Presidente, eu quero dizer-lhe que não se tem de queixar desta Assembleia Municipal. Esta Assembleia Municipal tem-lhe dado tudo. Inclusivamente autorização para contrair empréstimos, até agora! Mas isso não vai poder continuar — devo desde já dizê-lo.

E como disse a Sr. Doutora Pinho e Melo, eu penso que isto é tudo uma questão de opções. É uma questão de opções e de gestão Sr. Presidente! Porque dar 65.000 contos a grupo desportivo, comparado com a necessidade que tem a ver com este tipo de problemas que aqui foi levantado por estes munícipes, que de há três anos a esta parte têm vindo a ser levantados, que têm a ver com buracos, não tem comparação possível.

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)
Presidente da Mesa

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal António Salavessa (PCP) – Usou a palavra nos termos do artigo 32.º do Regimento.

“Eu queria protestar Sr. Presidente face ao início da intervenção do senhor presidente da Câmara ao querer responsabilizar esta Assembleia pela não angariação de receitas ordinárias para a Câmara Municipal e que aí estaria uma das causas da situação.

Sem repetir o que já foi dito por outros elementos desta Assembleia, queria deixar claro, neste protesto, que quando esta Assembleia intervém para aumentar as receitas da Câmara esta também a intervir para aumentar despesas dos munícipes. E é o equilíbrio entre essas situações que tem de ser encontrado. E é nisso que o PCP se empenha nesta Assembleia.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Sr. Presidente eu limitei-me a falar em tese geral, a dizer que havia duas formas de a câmara aumentar — e é verdade.

Não estabeleci nenhuma relação de causa efeito entre a não aprovação de receitas por esta Assembleia e o facto de as estradas estarem como estão. Os Srs. deputados é que estão a estabelecer. Mas eu não fiz isso e acho que aliás seria uma injustiça fazê-lo. Limitei-me a dizer quais eram as duas entidades e depois, como toda agente reparou, falei sobretudo da falta de verbas do III Quadro Comunitário de Apoio e do Governo para saneamento.

O único contrato-programa que nós tínhamos com o Governo em vigor, de 500.000 contos, foi anulado por este Governo — e era justamente para saneamento, para Sarrazola/Vilarinho; nem de propósito. Portanto nós não inventamos dinheiro, não podemos assaltar nenhum banco, temos que jogar com as receitas legais que nos estão reconhecidas e elas de facto estão assim. Não estabeleci nenhuma outra insinuação e, portanto, tenho de protestar veementemente também em relação sobre as considerações e as interpretações que fizeram das minhas palavras que foram destituídas de fundamento.”

Não havendo mais intervenções do público, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervieram neste ponto:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Clara Ribeiro (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pela primeira vez me vejo forçada a fazer uma intervenção escrita nesta Assembleia, porque temo que levada pelo grau de surpresa e por alguma exaltação, poderia proferir palavras ferindo alguns princípios de conveniência.

O que hoje importa aqui ser dito advêm da continuada e persistente incapacidade do Senhor Presidente da Câmara para cumprir com o que continuamente promete e a que diariamente falta.

Sim, Senhor Presidente! Começa a ser tempo de não permitirmos mais que continue a faltar aos compromissos que assumiu perante as populações de Aveiro, em primeiro lugar, e perante esta Assembleia. Começa a ser ridículo tanta promessa e depois tanto incumprimento. Seria hilariante - se não fosse trágico - com o Senhor Presidente em presidências abertas prometendo à população a solução aos problemas e quinze dias depois ser essa mesma população em abaixo assinados a exigir o cumprimento das promessas feitas — O que agora se passou em Cacia é exemplar!?

A população de Aveiro sofre e paga caro a incompetência e a inércia de um Presidente de Câmara que vive tão só para os holofotes e para as sondagens.

Bem andou a bancada do PSD, ao votar na última Assembleia Municipal contra mais qualquer aumento de taxas ou licenças — mesmo que essa posição tenha servido de gáudio e comentário por parte da maioria PS e CDS/PP!

Rapidamente, a população sentiu na pele o fruto dessa aprovação.

Veja-se o aumento brutal e inconcebível que sofreu por exemplo o despejo de fossas — serviço anteriormente prestado por 650\$ (referem-se escudos para se perceber melhor), custam agora nada mais que 5.000\$ (25€). Ora, não basta às populações serem privadas de um serviço básico e de indiscutível importância para a saúde pública; não basta a uma larga parte do concelho estar desprotegida desse serviço; por clara incompetência e inércia do Senhor Presidente, que promete e falta, com a mesma cara, sempre com o argumento de faltas de verbas, mas que não colhe, pois somos todos cientes que o dinheiro abunda para as feiras de vaidades do Senhor Presidente — veja-se o caso recente do Aveiro-Basket!?

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O saneamento básico é indiscutivelmente a grande necessidade de qualquer concelho. Tem que se garantir às populações condições de higiene e salubridade e não será com agravamentos desta ordem de grandeza que se incentiva a população a proceder em conformidade. Agravamentos desta natureza e outros que se perspectivam - como por exemplo a recolha dos resíduos sólidos - vão criar além de injustiça a revolta nas populações.

Sei que o momento não será o mais propício Senhor Presidente da Câmara, para denunciar estes mesmos hábitos e tiques políticos de fechar os olhos e os ouvidos às vozes da razão. Mas sei, também, que a imprensa não fará eco destas minhas palavras; pois isenta como é, e imparcial como sabemos ser, jamais neste período farão notícia que o inferiorizem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sempre levantei aqui a minha voz em defesa da Saúde Pública — e para tanto tenho solicitado a rápida entrada em funcionamento da rede de saneamento. Hoje, ousou pedir o mesmo e mais outro saneamento. Que nos limpemos das ideias que levam tão só a ver o cidadão de Aveiro a ser um pagante e passemos a vê-lo como um cidadão que merece o nosso respeito e pelo qual se justifica a nossa presença aqui. Eu digo presente — e sempre cada vez mais continuarei a exigir que a Câmara cumpra o seu dever.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

B

Vogal Pedro Cardoso (PPD/PSD)

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Presidente da Mesa

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

(Entrou na sala a Vogal Maria Isabel Almeida Velada)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria que ficasse registado em acta esta minha intervenção, porquanto desde logo pretendo responder ou pelo menos comentar, uma que foi feita nesses termos. E refiro-me, obviamente, ao ataque virulento que por parte da bancada do PSD, na pessoa da Vogal Clara Ribeiro, foi feita ao Senhor Presidente da Câmara — que inegavelmente extravasou os limites do politicamente admissível, entrando num ataque de carácter inqualificável, agravado pelo facto de, como referiu, vir escrito.

Tem obviamente uma justificação, não pode deixar de ter essa justificação até porque não é hábito nesta Assembleia, e essa justificação é que por muito que custe – e custará seguramente à bancada do PSD, estudos recentes de opinião demonstram que apesar das críticas recorrentes da bancada do PSD, os aveirenses recentemente, através desses estudos, reforçam inequivocamente a confiança que depositam no Dr. Alberto Souto.

E desde tempos imemoriais nós sabemos que há pessoas que são incapazes de lidar com a inevitabilidade das notícias que lhes não são agradáveis e como tal matam o mensageiro. Foi isso que a bancada do PSD fez através do ataque à imprensa e à sua isenção. Se as notícias que vêm nos jornais não agradam, obviamente, é porque a imprensa não é isenta. E portanto, através deste vivo repúdio que eu queria fazer, fica expresso o meu protesto pessoal.

Relativamente à minha intervenção, eu queria questionar a Câmara relativamente ao facto de eu ter sido abordado por vários pais de alunos da Escola Preparatória João Afonso, que me referem que nessa escola chove! Portanto, chegou a esse ponto, e sendo a manutenção dessa escola a cargo do Ministério da Educação, queria saber se já há algum protesto formalizado por parte da autarquia, e que se por um acaso tal não tivesse acontecido, desde já V. Exa. fosse portador desse protesto que seguramente não deixará de seguir e que nós não podemos deixar de denunciar.

E portanto, Senhor Presidente, telegraficamente era isto que eu queria aqui hoje deixar.”

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) - Usou da palavra nos termos do artigo 31.º do Regimento:

“Quería perguntar ao Senhor Deputado Filipe Brandão, quem era a entidade que fez a tal referida sondagem?”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS):

“A mesma entidade que nas anteriores sondagens veio a acertar”.

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal Maria das Dores Topete (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

Vogal Paulo Tavares (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em primeiro lugar gostava de dar os parabéns à Câmara Municipal de Aveiro – e para que não digam que estamos sempre a bater na Câmara Municipal de Aveiro, na

peessoa do Senhor Presidente, pela criação da Policia Municipal, que como deveis saber esta a funcionar no Parque de Feiras em S.^{ta} Joana. No entanto, gostava de saber quais os princípios que norteiam a criação desta força municipal? Que tipo de formação receberam? E quais os seus objectivos?

E isto porquê? Porque temos conhecimento por alguns fregueses que nos manifestaram - a nós Junta de Freguesia de S.^{ta} Joana - o seu desagrado pela actuação da Policia Municipal, nomeadamente, pelo facto de um indivíduo só pelo simples facto de não possuir uma autorização para pintar a sua habitação e outro que estava a mudar o telhado da sua habitação (habitação com cerca de trinta anos), não alterando a sua estrutura, foram ameaçados de que seriam multados no prazo de oito dias se não obtivessem as ditas licenças.

O Senhor Presidente sabe que este tipo de intervenção não carece de licenças.

Um caso que nos parece mais grave. Um freguês foi abordado por um grupo da Policia Municipal, nomeadamente quatro agentes, que se deslocavam num jipe e interpelaram de forma prepotente, fazendo questão de entrar pela obra dentro com os cassetetes na mão e a mostrar as algemas! Será necessário tanto aparato para uma simples fiscalização? Será esta atitude uma caça às multas para que entrem mais dividendos nos cofres municipais?”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Vou tentar então esclarecer as questões que foram colocadas.

Se calhar começava pela última, que é de facto surpreendente! A nossa Polícia Municipal - o Senhor Deputado não está informado - teve uma formação exigente. São pessoas que são recrutadas com o nível de 11.º ano; têm vários meses de formação no CEFA; e formação complementar. O objectivo e as indicações que têm sido dadas, e que aliás decorrem do espírito com que as Policias Municipais foram criadas, é de que seja uma Polícia cívica, amiga dos cidadãos, e não uma Polícia de choque como aquela que me descreveu que entra com as algemas e com o cassetete na mão — e deixe-me dizer-lhe que também tem pistolas. Portanto, estou surpreendido que não tenham sacado imediatamente das pistolas porque o quadro que me descreveu é de facto um quadro que não corresponde de todo às indicações que foram dadas sobre a forma de actuar da Polícia Municipal. É exactamente o contrário disso que nós queremos. E, portanto, se isso aconteceu, irei ter uma conversa com o Senhor Tenente Coronel Fernandes Esteves. Porque salvo situações limite, em que de facto a persuasão não é suficiente e a cordialidade e um discurso razoável com os munícipes não surte efeito, e só perante alguma ameaça concreta de alguma violência, de alguma incompreensão manifestada de forma excessiva, é que haveria outro tipo de atitude. Portanto isso é uma grande surpresa. Espero que se sucedeu não torne a acontecer.

Centro de Saúde de Esgueira. É muito simples a situação: a Câmara disponibilizou de facto um terreno na altura, toda a gente sabe qual era o terreno em causa, a Administração de Saúde entende que o terreno necessitaria de ser um bocadinho maior para poder desenvolver o projecto de acordo com as características que entende. Nós não temos ali mais terrenos para disponibilizar para o Centro de Saúde. Como frisa e bem o Dr. Fernando Ruas, Presidente da Associação Nacional de Municípios, convém lembrar a este respeito, que não é da competência das autarquias adquirirem terrenos para centros de saúde. Nós fomos até onde podíamos ir; fizemos várias tentativas,

vários esforços; se o Governo agora entende através da Administração de Saúde que o terreno não serve, temos muita pena.

O Governo que assuma as suas responsabilidades e que encontre rapidamente um terreno com área suficiente, porque há lá terrenos em Esgueira, só que são de privados e custam algum dinheiro é certo. Portanto, se não há Centro de Saúde neste momento, é porque as autoridades com competência para o construir não tem dinheiro para adquirir os terrenos correspondentes. Nós estávamos dispostos a ajudar (estivemos durante longo tempo), não está a ser fácil. O Governo que assuma as suas responsabilidades.

Sobre os muros dos canais e em especial dos Santos Mártires. Gostava de dizer que aquilo que eu disse aqui há umas semanas é verdade — foi encontrada uma solução técnica. Suponho que neste momento deveremos estar à espera do visto do Tribunal de Contas relativo ao conjunto desses trabalhos, que são trabalhos a mais na empreitada em causa, e creio que só por isso a obra ainda não terá começado. Não tenho notícia de pedidos de indemnização contra a Câmara por causa de eventuais problemas que tenham ocorrido nas habitações. O loteamento não é municipal, é um loteamento privado, e a empresa se tiver havido alguma falha técnica, terá também que assumir as suas responsabilidades; evidentemente, vamos ver se alguém as tem. Mas justamente o processo demorou algum tempo para que se fosse encontrar uma solução técnica menos arriscada para a consolidação das fundações que ali estão.

Sobre o Severim Duarte, e sobre a fachada do Severim Duarte, convém recordar a esta Assembleia para quem não acompanhou, que a solução que a Câmara aprovou foi depois de ter ouvido a Comissão de Planeamento, Urbanismo e Arquitectura, externa à Câmara. Foi a solução aprovada aí, creio que por unanimidade, porque das três soluções apresentadas foi a que foi considerada melhor. É uma solução que deixa de facto a memória da arquitectura que lá estava através do pórtico apenas, reproduzindo a fachada antiga ou uma arquitectura que replicasse em todo o envasamento do prédio o mesmo tipo de linguagem, num neo-revivalismo de que ninguém gostou.

E, portanto, foi depois de se munir convenientemente das opiniões autorizadas e que foi possível auscultar naquela época, que se aprovou aquela solução. Estou convencido que de facto das três é a melhor de todas. E comigo estão todas as pessoas que na altura votaram (a Dr.^a Maria Antónia não votou honra lhe seja feita).

Vou verificar o que é que se passa com o acesso do autocarro ao mercado. Eu julgo que não foi suspensa nenhuma linha e estranho muito aquilo que disse, mas vou verificar. Nós temos vindo a proceder de facto a alguns ajustamentos nas carreiras e vamos agora proceder a ajustamentos nas linhas. E deixem-me dizer-lhes que o primeiro, o grande ajustamento que fizemos, deu bom resultado. De facto, andavam muitos autocarros praticamente a passear o condutor e isso era impossível de continuar. E a quantidade de carreiras que foram suprimidas não acarretaram em geral — estou a falar em termos genéricos evidentemente, nenhuma perturbações ou muito poucas perturbações em relação ao número de carreiras que foram suprimidas. É claro que houve ajustamentos e esses ajustamentos foram imediatamente feitos sempre que foram detectadas situações de esperas excessivas de pessoas que ficavam em situação difícil. E houve esse cuidado de adaptar, em função das situações anómalas que esses ajustamentos provocaram. E portanto, creio que neste momento a situação está mais ou menos estabilizada, sem prejuízo de um estudo mais profundo que foi imediatamente desencadeado como aqui foi dito e que vai permitir criar novas linhas, com novos percursos, procurando ajustar cada vez mais a procura à oferta, de modo a que o número de passageiros possa

aumentar e termos um sistema de transportes públicos em Aveiro cada vez mais eficiente.

Parque de estacionamento da Marquês de Pombal. Por baixo, está quase pronto. Já lá estivemos a ver recentemente. Por cima, os trabalhos têm agora decorrido em excelente ritmo como se terá percebido e julgo que por essa razão, justamente porque estão a proceder ao enchimento de toda a última placa, é já os trabalhos finais.

Terão sido introduzidas algumas alterações aos acessos pedonais que estavam criados. Julgo que é uma situação transitória e que terá que ser reposta – o Eduardo Feio já tomou a devida nota e vai ver o que é que se está a passar. Mas quem por lá passa vê que de facto há um grande progresso nas obras e a Câmara também aprovou a substituição do edifício do café que ali está, por uma estrutura mais ligeira, e que penso que se enquadrará bastante melhor com toda a praça. Não lhe vou dar uma data concreta porque esta obra tem sido uma obra com pouca sorte e, portanto, não lhe vou dar uma data concreta — quando abrir está aberto e esperemos que seja o mais cedo possível. Não me quero comprometer aí com nenhuma data concreta para não ser acusado injustamente de estar a faltar a alguma promessa que tenha feito.

Quando aos Moliceiros e ao projecto dos Moliceiros. O Granjeia sabe bem que há cinco anos ou há quatro, ...em 98, quando desencadeámos o processo dos moliceiros, a conjuntura económica era outra de facto, e pareceu-nos um número razoável, e que tinha este sentido. Íamos pôr na Ria a navegar tantos moliceiros como o total dos moliceiros que ainda estavam a navegar através dos privados. É claro que é um projecto para fazer a médio prazo, e portanto, se já fizemos nove é muito bom.

Ninguém disse que íamos parar! Diminuímos foi o ritmo de encomendas, até porque de facto as circunstâncias não permitem agora manter esse ritmo.

A questão do registo é uma questão diferente. De facto, têm-nos levantado inúmeras dificuldades – e está ali o Sr. Vereador Jaime Borges que batalhou bastante por isso. A verdade é que as burocracias neste país são fantásticas e tem sido uma batalha inimaginável conseguir o registo dos moliceiros. Porque por razões de segurança as autoridades marítimas queriam inclusivamente que modificássemos os moliceiros!? E nós, como imaginam, não cedemos e não estamos dispostos a modificar a estrutura e a configuração dos moliceiros e tem que haver aqui algum consenso. Que se saiba na história da Ria não há notícia de uma única pessoa que tenha caído de um moliceiro abaixo à água. Mas enfim, normas são normas, tem que haver bom-senso e espero que ele venha a prevalecer.

Chuva na Escola João Afonso de Aveiro. Realmente na sequência de uma reunião com a Associação de Pais, da João Afonso, chamaram-nos a atenção para essa e outras deficiências e também para algumas melhorias. A Câmara já fez o que estava ao seu alcance – pelo menos parte do que estava ao seu alcance. Designadamente, foi alterada a entrada principal da escola por razões de segurança. As obras no interior da Escola não são da competência da Câmara, são da competência do Ministério da Educação e, portanto, foi endossado o respectivo recado. Espero, também aqui, que o Governo assumira as suas responsabilidades e que possa rapidamente efectuar as obras para que a Escola tenha as condições normais de funcionamento.

A Internet da Câmara. O site de Serviços da Câmara deverá estar operacional em Março — vamos ver se é desta. E, portanto, espero que todos possam depois ter acesso e servir-se dele utilmente. É um site de Serviços, não é apenas uma página de Internet. Vai ser possível disponibilizar um conjunto de serviços a partir dele.

A Avenida Lourenço Peixinho e o que se lhe segue. Nós estamos a desenvolver no nosso planeamento, os estudos tendentes ao que pode vir a ser um plano de pormenor ou um

estudo urbanístico da nova Forca. Certamente que vamos privilegiar os eixos viários, para que logo que a avenida esteja pronta ela possa ser de facto uma mais-valia e um benefício para a circulação viária. A Avenida terá (para responder mais concretamente à sua pergunta) apenas dois sentidos; embora tenha uma largura suficiente para em caso de acidente ou de algum percalço (estamos a falar do túnel sob a Avenida), permitir passar duas viaturas lado a lado. Portanto, é suficientemente larga para isso. Mas não queremos encorajar velocidades. E a ideia é que o trânsito saia mais da avenida do que entre, o que já é uma questão diferente, tem a ver com sinalética de circulação.

Não tenho nenhuma notícia de que estejam a ser depositados resíduos perigosos no Aterro. Estou a ouvir isso pela primeira vez! É proibido. E se estiver a ser feito, está a ser feito de forma clandestina. Portanto, a nossa fiscalização ambiental tratará de tentar investigar. Isso está absolutamente proibido.

Em relação ao PDM e à zona dos pequenos estaleiros no âmbito da POLIS. Nós – e justamente porque detectamos esse problema, há um conjunto de empresas com vocação para construir barcos que se nos dirigem e depois ficam surpreendidas porque sendo Aveiro uma terra rodeada de água por tanto lado, não há espaços vocacionados para receber essas empresas que devem estar próximas da água e dos lençóis de água e dos cursos de água. Por isso, no âmbito da POLIS e do Plano que está a ser elaborado para aquela zona, a zona dos pequenos estaleiros será qualificada como zona industrial para permitir justamente, com as devidas condições naturalmente (todas as etares e todas as regras que tenham que ser respeitadas), mas haverá um pequeno núcleo que será qualificado como zona industrial para permitir o acolhimento dos pequenos estaleiros de reparação naval.

O Ferry-boat. Estamos neste momento em negociações com a Administração do Porto de Aveiro. Parece-nos e quero acreditar que haverá boa vontade da parte da Administração do Porto para encontrar uma solução que seja compatível com as necessidades de melhorarmos a acessibilidade a S. Jacinto e que não prejudique a gestão comercial do porto. Temos uma solução gizada que está agora a ser trabalhada tecnicamente e que será depois apreciada pela Administração do Porto. É uma solução que é a solução mais barata, não implica grandes obras na construção de muros ou no rompimento de muros de contenção que já estão feitos, implica apenas a separação das áreas. Evidentemente que haverá uma área segregada de acesso ao Ferry-boat, que não interferirá com a área afectada a área comercial do porto. Esperamos que haja essa abertura, porque como o nosso Ferry atraca de proa ou de popa, não atraca longitudinalmente, a área de cais que irá ser ocupada não são 100 metros como eu já vi escrito; são 20. E por isso, não nos parece que esteja em causa nenhum interesse decisivo na exploração comercial do porto. Em S. Jacinto será no sítio que sempre lá esteve previsto para isso e terá que ser ligeiramente adaptado e a obra é bastante simples. As negociações estão a decorrer e eu não gostaria de as prejudicar com aquilo que estou a dizer agora. Da nossa parte há toda a boa vontade em contribuir para que a APA possa aceitar esta solução que nos parece ser a solução mais rápida, que está pronta praticamente, e esperamos que as entidades possam chegar a um consenso muito rapidamente.

Festival de S. Jacinto. Convém esclarecer uma coisa porque de facto eu já vi algumas enormidades aí escritas nos jornais e não gostaria que o erro continuasse a fazer o seu caminho. O Festival de S. Jacinto, não é nas Dunas de S. Jacinto. O Festival de S. Jacinto não é na Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto. O festival em causa apenas se chama “Dunas de S. Jacinto”. Eu avisei os promotores que isto ia dar confusão, mas

eles gostaram muito do nome - essa era a primeira questão que eu queria esclarecer. É um festival em S. Jacinto, no centro de S. Jacinto, em terrenos livres que lá estão, e é uma enormíssima oportunidade como já se viu e se está a ver pela reacção de todos – embora pelas más razões. É uma belíssima oportunidade para promovermos Aveiro e S. Jacinto em especial. E gostava de dizer o seguinte: nós antes de confirmarmos a disponibilidade desta Câmara para aceitar a utilização deste festival, tivemos o cuidado de ouvir os responsáveis pela Reserva Natural de S. Jacinto; disseram-me que não punham nenhuma objecção. Telefonei também ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia (que está aqui presente), também não viu nenhuma objecção; pelo contrário, obviamente. Isto vai ser uma oportunidade formidável para S. Jacinto. Telefonei ao responsável pela base militar de S. Jacinto, idem, idem, aspas aspas; prestaram-se até a dar toda a colaboração que fosse necessário — e creio que à Capitania também. E portanto, julgo que consultei todas as entidades que podiam e vão ter que lidar com a organização deste festival. Que é um festival organizado por uma empresa com provas dadas – não é uma empresa sem crédito, tem sido responsável pela organização de parte dos grandes festivais que conhecem e que se realizam no Verão no país. Com um currículo que inspira confiança, capacidade de organização. Não se conhecem incidentes na história destes festivais organizados por esta empresa e o que eu disse para os jornais é verdade: nós contamos muito com uma boa organização (em primeiro lugar) e com a interiorização da consciência ambiental que a nossa juventude tem e que fará com que não haja excessos. Assim esperamos!

Haverá sempre um caso ou outro que serão acautelados, mas é uma organização muito profissional que nos deu todas as garantias de que será um belíssimo festival. E deixem-me dizer que há mais nomes sonantes em carteira. Que Aveiro está no mapa e que está toda a gente jovem e os menos jovens (porque os “Doors” são da nossa idade), penso que será um sucesso! E portanto, é um grande sucesso e não gostaria que comesçassem a circular opiniões erradas com base num erro. Fica muito longe da Reserva e evidentemente teremos que estabelecer um conjunto de medidas.

Isto foi, para que o processo fosse iniciado, este processo tem que ser licenciado, terá que ter os pareceres de todas as entidades envolvidas outra vez e a empresa tem que assumir as suas responsabilidades e todas as autoridades o farão. As explicações que posso dar sobre este assunto são estas. Justamente porque eu tenho também estas preocupações e não sendo na Reserva e sendo longe da Reserva, eu como leigo também tive algumas interrogações e preocupações e perguntei-me designadamente se o barulho não afastaria os passarinhos; se as cargas de trânsito não seriam excessivas; e como tive essas preocupações, não sendo formalmente obrigado a fazê-lo, eu tomei a iniciativa de fazer essa consulta. Eu espero que seja um sucesso e que daqui a uns meses todos estejam aqui contentes por lá terem estado num festival muito bem organizado e que fique na memória de todos.

Despejos para a Ria, para o Canal Central, do Fórum. É verdade que também nós já tínhamos detectado isso e estão a ser tomadas medidas para verificar o que é que se está a passar. Nós não estamos apenas preocupados com os despejos que ainda se vêem de facto a sair da zona do fórum para o Canal Central. Estamos empenhados num processo de acabar de vez com todos os despejos que são feitos para o canal. E temos mesmo instituído desde algumas semanas um controlo da qualidade da água nos canais centrais de Aveiro para que sejam identificadas as fontes poluentes e para que por essa forma também – além de outras medidas, possamos vir a erradicá-las de vez e termos uma qualidade de água nos canais centrais que seja o melhor possível, que seja até balnear. Sei que é ambicioso, mas estamos a fazer um trabalho que vai desde as ribeiras

que desaguam nos canais, até à identificação de todas as fontes poluentes. E deixem-me dizer que tem havido descobertas surpreendentes sobre determinadas descargas que são feitas muito a montante e que vão de facto parar aos canais.

Portanto esse trabalho está a ser feito e aquilo que evoca a propósito do fórum é apenas uma das centenas que me surpreenderam a mim também, que passo por lá todos os dias e não queria acreditar, das centenas de descargas de efluentes que drenam para os canais urbanos neste momento.

Portanto, é um trabalho que não é de uma semana nem duas. É um trabalho para vários meses, mas que nós estamos a fazer com todo o rigor e que é para ser levado até às últimas consequências. Neste momento sabemos o que é que são águas pluviais, o que é que é saneamento — oficialmente não vai nenhum saneamento para lá!

Guardas Nocturnos. O quadro está definido. A competência não é da Câmara. Que eu saiba é das Juntas de Freguesia. Nós não tomámos a iniciativa de falar com nenhuma Junta. Creio que é um trabalho que está a ser desenvolvido pela Polícia Municipal, que está progressivamente a contactar cada uma das Juntas para se aperceber quais são aquelas que de facto estão interessadas e que tipo de colaboração é que pode ser prestada. Portanto, a intervenção do Senhor Barbosa – que me pareceu pensar que estava só a ser feita em algumas freguesias, isso só pode ter a ver com a progressão no tempo que está a ser feita e, portanto, chegará certamente a vez da Freguesia da Vera-Cruz.

A questão do regulamento vamos ver isso com cuidado! Não tenho de facto essa informação ainda, mas se for necessário fazer um regulamento fá-lo-emos naturalmente.

Depois vou deixar a questão das lanchas de S. Jacinto aqui para o Eduardo Feio esclarecer o que se tem passado com as lanchas. Mas é verdade que aquilo que disse o Deputado Santos Costa – nós também o partilhamos. É fortemente provável, o Eduardo Feio irá falar sobre isso, que a lancha regresse ao Forte e que não torne a fazer o percurso até cá; mas ele vai explicar isso melhor, de facto há aí circunstâncias muito especiais que vão obrigar a fazer isso.

Querida ainda dizer o seguinte sobre a Capitania. A obra está a correr muito bem e não queria dizer mais nada. A obra está a correr muito bem e vai correr muito bem seguramente até ao fim. É uma obra de que todos nos vamos orgulhar e de repente há percalços nestas obras que são obras complicadas e, portanto, há percalços que são lamentáveis e que eu não queria comentar mais.

Em relação ao Manuel Firmino, também vos queria dizer que também está tudo a correr muito bem. É uma obra que a POLIS irá começar logo que os lojistas saíam dali. Temos uma solução encontrada com os lojistas para uma instalação provisória deles no que foi o pavilhão hexagonal e, portanto, esperamos nos próximos dias que essa transferência possa ser feita para que a obra do Manuel Firmino possa de facto começar.

Aveiro-Basket. Eu tenho visto muita gente ser para aí criticada por não pagar os impostos. Não esperava que criticassem a Câmara por pagar os impostos!? Mas foi exactamente isso que nós fizemos. Assumimos as nossas responsabilidades de accionistas e pagámos os impostos. E deixem-me dizer que não é um bom serviço... ainda que..., eu estou... tenho a certeza que não o quiseram fazer, mas com as intervenções que foram feitas, não estamos nenhum de nós a prestar um bom serviço ao Aveiro-Basket. E se acham que é um projecto bom, este tipo de publicidade negativa, como muito bem sabem, é prejudicial e não ajuda a que o projecto possa ser desenvolvido. E portanto, se quiserem continuar a dizer mal do projecto estão no vosso direito. Agora, não digam que é para ajudar o projecto que estão a dizer mal dele

porque isso de facto é que ninguém acredita. E deixem-me dizer o seguinte também: a razão porque foi mantida confiança no Concelho de Administração, foi porque vistas as coisas com serenidade, as razões que estão na base das dificuldades financeiras do Aveiro-Basket são razões que têm a ver com a falta de patrocínios e têm a ver com a quebra que este Governo provocou na economia do país. É que não há milagres meus Senhores! Eu hoje estive a ouvir o Senhor Ministro da Economia, que esteve hoje em Aveiro, e esteve outra vez, enfim, a dizer como é que estava o país. Portanto não podem querer que as coisas funcionem quando o país deixou de funcionar! As empresas estão sem meios, estão paradas. (ouvem-se risadas e vozes de discordância).

O Senhor Santos Costa, sabe bem que as empresas começam por cortar num sítio: é nos patrocínios! (ouvem-se vozes de discordância).

Não, eu acho que é de facto muito fácil dizer mal destes projectos locais, mas quando eles dependem de facto da economia local e quando a economia local... (ouvem-se de novo vozes de discordância) não digo, mas é verdade. Ó Manuel Coimbra, é totalmente verdade! Sabe que as empresas, mesmo os grandes patrocinadores nacionais ou os locais, quando têm dificuldades, começam por cortar nos apoios publicitários. Não é só à nossa, são todas! Eu vou-lhe dizer o que é que se vai passar para o ano na Liga. O que se vai passar, no meu ponto de vista, é que vai haver uma auto-disciplina de todas as equipas para que só hajam dois estrangeiros. Porque ninguém aguenta o que se está a passar. Não há verbas!...(ouvem-se novamente risos e vozes de discordância). O Administrador do Aveiro-Basket não ganha um euro por estar a frente do Aveiro-Basket. E não é uma questão semântica. Não ganha um euro enquanto Presidente do Conselho de Administração do Aveiro-Basket. Portanto, agradecia que fossem justos. A situação não é fácil. É um projecto que tem enchido os pavilhões e seria bom que tivesse o apoio de todas as forças políticas e sabem bem que prestaram mais um mau serviço ao projecto, criando-lhes dificuldades. Porque isto amanhã vem nos jornais e a situação não melhora — piora, objectivamente. Depois das intervenções que aqui foram feitas é mais difícil, como imaginam, que alguma empresa queira apoiar o Aveiro-Basket. E portanto, eu agradeço-vos o contributo que deram para dificultar a situação. E é pena! Porque sabem que o basquete em Aveiro tem uma importância enormíssima, e um prestígio, e uma popularidade enorme.

Bem, julgo que falei de tudo, excepto os buracos. Mas dos buracos não digo mais nada, está tudo dito.

De seguida o Presidente da Câmara delegou no Vice-presidente, Eduardo Feio, para os esclarecimentos atinentes:

“Duas questões que teriam sido colocadas, infelizmente eu não estava na sala: uma teria a ver com uma avaria na lancha, penso que é a “Dunas de S. Jacinto”. Ela realmente está neste momento em estaleiro, está a ser alvo de uma intervenção de recuperação de forma a que possa vir a navegar daqui a algumas semanas – depois de ter obviamente o respectivo certificado de navegabilidade.

Em relação às questões que se prendem com a vinda da lancha ao Canal Central e à Lota, começamos acerca de dois meses a equacionar essa situação depois de um estudo que fizemos profundo à Transria, que tem como objectivo último a eventual criação de uma empresa municipal – que está neste momento a ser equacionado pela Câmara Municipal. Detectamos um conjunto de situações que têm a ver com os custos de operação e com as vantagens para os clientes da Transria nessa vinda directa à cidade. Convém ver a história. Há cerca de 5 anos atrás a lancha já não vinha à cidade, porque não houve capacidade de negociar com a Auto-Viação Aveirense (à data) o

prolongamento dos horários de forma a que houvessem horários nocturnos do Forte para Aveiro — e foi equacionada a hipótese da Transria fazer uma ligação directa. Estava a chegar uma lancha nova (que era a “Dunas de S. Jacinto”) e ela passou a fazer esse serviço directamente à cidade. Neste momento e no quadro do estudo que eu disse que estamos a elaborar, houve um conjunto de contactos entre os próprios STUA e a Auto-Viação Aveirense, de forma a tentar chegar a uma plataforma de entendimento que permitisse fazer com duas vantagens esse serviço Forte/Aveiro. Com a redução de custos, obviamente, e melhor comodidade para os habitantes de S. Jacinto. Temos vindo com a Junta de Freguesia (aliás a Junta de Freguesia neste momento está no Conselho de Gerência da Transria e mantêm-se) e tentámos reduzir e estamos a tentar reduzir o tempo de deslocação das pessoas de S. Jacinto, nomeadamente os alunos das escolas, até ao centro da cidade. Estamos a estudar isto, numa fase final temos um conjunto de informações já muito precisas, custos, e a sua redução foi identificada. Estamos a trabalhar na hipótese de um tarifário e mal essas situações estejam todas estudadas com a profundidade que são necessárias iremos apresentar à Câmara e à Junta, de forma a que a Câmara delibere por essa solução.

No meu entendimento pessoal, neste momento todos os dados que temos em cima da mesa é que podemos ter uma solução interessante, que permite acabar pelo menos com o número de 10 carreiras diárias que temos. 10 carreiras diárias com taxas de ocupação que em alguns horários (e está aqui o Senhor Presidente da Junta de Freguesia que vive isso diariamente) são muito reduzidas e com custos que devem entender que têm. Uma embarcação consome o que consome, tem uma tripulação no mínimo de três homens, e as tarifas são as tarifas que todos conhecem. É que neste momento são inferiores... uma ida de Aveiro a S. Jacinto de embarcação, neste momento, é inferior a uma ida de autocarro à Costa Nova – para terem só noção dos custos de que estamos a falar. Portanto, estamos neste momento a ultimar este estudo e iremos trazer à Câmara e iremos tentar implementá-lo. Esta questão penso que estará ultrapassada e penso que poderemos produzir um melhor serviço.

Em relação à velocidade da operação da embarcação dentro do canal, ainda há pouco tempo o próprio Presidente da Assembleia deu nota disso. Nessa altura foi feito um despacho escrito no sentido de abrandar a marcha – ela anda mais devagar a partir desse momento, entretanto também deixou de operar dentro do canal — portanto, agora, essa situação não se verifica. Quando fomos informados dela, tentámos logo evitar isso. Penso que também era uma situação que também se punha no canal principal de navegação, mas era mais por causa dos arrastões que durante muito tempo também erodiam o canal principal.

Agora, a lancha, e se eventualmente esta situação se vier a alterar, outra das hipóteses (e convém esclarecer isto), estamos a pensar manter um horário a vir ao centro da cidade (eventualmente) ou então ter um esquema mais sazonal e em determinadas alturas do ano poderá haver interesse em que hajam carreiras directas ao centro da cidade com uma função obviamente mais de lazer e de recreio, mas que poderá ser interessante mantê-la até em termos comerciais.”

O Presidente da Mesa deu de novo a palavra ao Presidente da Câmara para esclarecer mais algumas questões.

“Senhor Presidente eu acho que tinha esclarecido esse ponto. Neste momento não podem de facto serem instaladas algumas empresas.

Se bem me recordo, os casos em que a localização é pré-existente ao PDM, podem, desde que agora nos projectos de remodelação respeitem os requisitos que são exigidos

e elas não estão em condições de os respeitar. E por isso é que nós no processo, até porque elas têm que ser redimensionadas e realocizadas ou pouco que seja, estamos a tomar esta iniciativa de plano no âmbito da POLIS para qualificar a zona como zona industrial e para que então não haja problemas em relação a outras empresas que também querem para lá ir. (ouvem-se vozes no plenário).

Eu tinha-me esquecido aqui da intervenção da Clara Ribeiro. E eu esqueci-me porque até me esqueci dela mesmo. Já esqueci! Eu gosto muito de ouvir a Clara falar, acho que ela teve uma intervenção que eu já esqueci; e esperava que ela também esquecesse e que a retirasse da acta. Acho que não lhe fica bem e não queria dizer mais nada. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Maria das Dores Topete (PPD/PSD)

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

Membros da Assembleia

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

De seguida e dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião desta Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que a próxima reunião será no dia 05 de Março (4.ª feira), pelas 20:30 horas.

Eram 24:00 horas do dia 28 de Fevereiro de 2003.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)